Agosto/2009

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário - Área Apoio Especializado
Especialidade Taquigrafia

Nome do Candidato: Caderno de Prova 'I09', Tipo 001

Nº de Inscrição: MODELO

Nº do Caderno: MODELO1

Nº do Documento: 0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001−0001−001

PROVA

Conhecimentos Básicos

Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.

  Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

  Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: Ⓐ ● Ⓒ Ⓓ Ⓔ

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

A história de sucesso das nações hoje desenvolvidas possui um traço comum e inequívoco: a ascensão política e econômica da classe média. Essa evolução foi primeiro observada na Europa, onde sociedades estratificadas e sem mobilidade deram lugar a países dinâmicos após a irrupção do capitalismo. Esse fenômeno chegou tardiamente ao Brasil e nunca fincou raízes sólidas e duradouras. Houve fases de rápido crescimento, como na industrialização do início do século passado ou no milagre econômico dos anos 70. Mais recentemente, o país chegou a vislumbrar um salto rumo ao desenvolvimento com o Plano Cruzado. Mas, em todos esses casos, o aumento no padrão de vida dos mais pobres foi transitório e abortado pouco depois por crises econômicas. Agora, com a retomada do crescimento econômico, o país volta a se ver diante da oportunidade de romper de maneira definitiva com o subdesenvolvimento. Nos dois últimos anos, mais de 20 milhões de brasileiros saíram das camadas sociais mais baixas – as chamadas classes D e E – e alcançaram a classe C, porta de entrada para a sociedade de consumo.

As conclusões acima fazem parte de um estudo feito em 2008. Trata-se da mais recente evidência de que o país tem conseguido, enfim, reduzir sua população de miseráveis, ao mesmo tempo em que começa a formar uma sociedade de consumo de massa. Outras pesquisas e estudos, com metodologias distintas, já haviam detectado esse avanço, que nada mais é senão a recompensa ao ciclo de reformas e ajustes econômicos feitos pelo país desde o Plano Real, sobretudo o combate à inflação. Comparado ao meio bilhão de novos consumidores que China e Índia produziram na última década, o fenômeno brasileiro pode não impressionar. Mas é notável. O resultado disso é que, em um fato inédito na história recente, a classe C é hoje o estrato social mais numeroso do país.

É sempre uma boa notícia a ascensão econômica de pessoas, especialmente a caminho da classe média, notório colchão social entre os estratos mais ricos e mais pobres, capaz de reduzir as tensões sociais. Se a emergência da classe C é um processo sustentável, só o tempo dirá. O que se pode atestar com certeza é que essa transformação deu novo ânimo à economia, despertando o surgimento de negócios, criando empregos e aproximando o Brasil de uma verdadeira economia de mercado. Diz o filósofo Roberto Romano, da Unicamp: "Um país em que a classe média diminua está fadado à estagnação social e econômica. O desafio agora será integrar essa massa populacional à produção de bens e serviços mais elaborados, com investimento em educação técnica, para que esse fenômeno não seja passageiro."

(Adaptado de Julia Duailibi e Cíntia Borsato. **Veja**, 2 de abril de 2008, p. 84-86)

1. Uma síntese do texto está apresentada corretamente em:

(A) Estudos baseados em dados recentes evidenciam igualdade de condições de consumo nas diferentes camadas sociais dos países em desenvolvimento.

(B) Antigos problemas econômicos dos países hoje desenvolvidos foram amenizados com a imposição de um sistema capitalista, que valoriza o consumo.

(C) O número de brasileiros que saíram da pobreza expandiu a classe média e colocou o país no rumo do desenvolvimento.

(D) O Brasil enfrenta dificuldades em sua economia devido ao grande número de pessoas que vivem na pobreza, excluídos da sociedade de consumo.

(E) Um desenvolvimento sustentável para países de grande população só será obtido com maior dinamismo na economia.

2. Destaca-se no texto

(A) a tensão perceptível, mesmo que de forma latente, entre as diversas camadas sociais nos países em desenvolvimento, como o Brasil.

(B) o papel desempenhado pela classe média no processo de desenvolvimento social e econômico das nações, como vem ocorrendo no Brasil.

(C) a necessidade de planos econômicos destinados a combater a inflação e mantê-la sob controle no desenvolvimento da economia brasileira.

(D) a concorrência entre países que se encontram em processo de desenvolvimento no sentido de melhorar as condições de vida da população.

(E) a sustentabilidade de um processo de mobilidade social, ainda incipiente e pouco estudado na história econômica do Brasil.

3. O *desafio* apontado pelo filósofo, no último parágrafo, se configura como

(A) incentivos a uma educação especializada da população, capacitando-a para uma real participação na economia de mercado.

(B) permanência dos benefícios concedidos pelo poder público à população de baixa renda no país.

(C) manutenção dos ajustes econômicos realizados em anos anteriores, para que se desenvolva uma classe média consumista.

(D) enfrentamento dos problemas sociais e econômicos decorrentes de crises que afetam a economia do país.

(E) estímulo ao surgimento de negócios em benefício da classe média, o sustentáculo das transformações sociais no país.

4. Respeita-se o sentido do segmento, com outras palavras, em:

(A) *após a irrupção do capitalismo* = em meio aos conflitos do capitalismo.

(B) *nunca fincou raízes sólidas* e duradouras = jamais assumiu tanta importância.

(C) *vislumbrar um salto rumo ao desenvolvimento* = permitir uma constante revolução social.

(D) *em um fato inédito na história recente* = de maneira desconhecida nos últimos tempos.

(E) *está fadado à estagnação social* = sofre tensões de origem social.

---

5. ... *já haviam detectado esse avanço, que nada mais é senão a recompensa ao ciclo de reformas e ajustes econômicos feitos pelo país desde o Plano Real ...* (2º parágrafo)

O sentido correto do segmento grifado está transposto em:

(A) não significa um prêmio para o ciclo.

(B) nem se tornou tão significativo no ciclo.

(C) não se destacou pela importância do ciclo.

(D) tem sido bastante premiado pelo ciclo.

(E) é tão-somente o bom resultado do ciclo.

---

6. *Comparado ao meio bilhão de novos consumidores que China e Índia produziram na última década, o fenômeno brasileiro pode não impressionar. Mas é notável.* (2º parágrafo)

Em um único período, o sentido das afirmações acima está corretamente mantido em:

(A) O fenômeno brasileiro é digno de nota, ainda que pareça pouco expressivo se for colocado diante do grandioso aumento de consumidores na China e na Índia, na última década.

(B) O fenômeno brasileiro não pode chamar tanta atenção, tendo em vista que a comparação entre novos consumidores da China e da Índia na última década se tornou digno de nota.

(C) Com o imenso número de novos consumidores da China e Índia produzidos na última década, no Brasil não impressiona, mas observa-se o mesmo fenômeno, notável também.

(D) Nota-se que, comparando os consumidores na China e na Índia que foi produzido na última década, o fenômeno no Brasil não impressiona, apesar de que é notável.

(E) O fenômeno brasileiro, que se nota, é inexpressivo, embora comparando-se com China e Índia, no grande número de consumidores da última década.

---

7. *O resultado disso é que, em um fato inédito na história recente ...* (2º parágrafo)

O segmento grifado acima refere-se, considerando-se o contexto,

(A) à história de sucesso das nações desenvolvidas.

(B) ao crescimento de uma sociedade de consumo, devido à redução da pobreza no país.

(C) ao sucesso dos vários planos econômicos implementados no Brasil.

(D) à imitação do que ocorreu com a classe média na China e na Índia.

(E) à redução das tensões sociais com o avanço do consumo.

---

8. *... para que esse fenômeno não seja passageiro.* (final do texto)

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo que o grifado acima está na frase:

(A) *Houve fases de rápido crescimento* ...

(B) *... o país volta a se ver diante da oportunidade ...*

(C) *... ao mesmo tempo em que começa a formar uma sociedade de consumo de massa.*

(D) *... só o tempo dirá.*

(E) *Um país em que a classe média diminua ...*

---

9. Com a transposição do segmento grifado para o plural, a forma verbal que deverá **permanecer no singular** está na frase:

(A) *Esse fenômeno chegou tardiamente ao Brasil ...*

(B) *... o país chegou a vislumbrar um salto ...*

(C) *Trata-se da mais recente evidência ...*

(D) *... esse avanço, que nada mais é senão a recompensa ...*

(E) *É sempre uma boa notícia ...*

---

10. *O que se pode atestar com certeza ...* (último parágrafo)

Mantém-se corretamente a voz passiva do verbo grifado acima, respeitando seu sentido original, caso seja feita a substituição por:

(A) pode ser atestado.

(B) é possível atestar.

(C) se havia atestado.

(D) tem sido atestado.

(E) seria possível atestar.

Atenção: As questões de números 11 a 20 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Não é usual tratar da política na perspectiva da afirmação da verdade. Platão afirmou, na República, que a verdade merece ser estimada sobre todas as coisas, mas ressalvou que há circunstâncias em que a mentira pode ser útil, e não odiosa. Na política, a derrogação da verdade pela aceitação da mentira muito deve à clássica tradição do realismo que identifica no predomínio do conflito o cerne dos fatos políticos. Esta tradição trabalha a ação política como uma ação estratégica que requer, sem idealismos, uma praxiologia, vendo na realidade resistência e no poder, hostilidade. Neste contexto, política é guerra e, como diz o provérbio, "em tempos de guerra, mentiras por mar, mentiras por terra".

Recorrendo a metáforas do reino animal, Maquiavel aponta que o príncipe precisa ter, ao mesmo tempo, no exercício realista do poder, a força do leão e a astúcia ardilosa da raposa. Raposa, leão, assim como camaleão, serpente, polvo – metáforas que frequentemente são utilizadas na descrição de políticos – não podem, com propriedade, caracterizar o ser humano moral que obedece aos consagrados preceitos do "não matar" e do "não mentir", como lembra Norberto Bobbio.

No plano político, o realismo da força torna límpida, numa disputa, a bélica contraposição amigo-inimigo. Já o realismo da fraude é mais sutil, pois opera confundindo e aumentando a opacidade e a incerteza na arena política, como acentua Pier Paolo Portinaro. Maquiavel salienta que a fraude é mais importante do que a força para assegurar o poder e consolidá-lo. É por esse motivo que a simulação, o segredo e a mentira são temas da doutrina da razão de Estado e a veracidade não é usualmente considerada uma virtude característica de governantes.

Sustentar a simulação e a mentira como expedientes usuais na arena política é desconhecer a importância estratégica que a confiança desempenha na pluralidade da interação humana democrática. A confiança requer a boa-fé que pressupõe a veracidade. O Talmude equipara a mentira à pior forma de roubo: "Existem sete classes de ladrões e a primeira é a daqueles que roubam a mente de seus semelhantes através de palavras mentirosas." O padre Antônio Vieira afirmou que a verdade é filha da justiça, porque a justiça dá a cada um o que é seu, ao contrário da mentira, porque esta "ou vos tira o que tendes ou vos dá o que não tendes". Montaigne observou que somente pela palavra é que somos homens e nos entendemos. Por isso mentir é um vício maldito. Impede o entendimento.

(Celso Lafer. **O Estado de S. Paulo**, A2, 20 de julho de 2008, com adaptações)

11. Na 1ª afirmativa do texto, o autor

(A) dá ênfase à noção de hostilidade sempre presente na ação política, ao colocar lado a lado opiniões divergentes.

(B) aponta claramente o núcleo do desenvolvimento posterior sobre a mentira cultivada na ação política.

(C) nega a evidência, com base na afirmativa de Platão, de que a mentira pode ser útil no fazer político.

(D) defende a clássica tradição do realismo que vem justificar a aceitação da mentira no trato político.

(E) se coloca ao lado de Platão, ao defender que a verdade deve sobrepor-se a todas as coisas, incluindo-se aí a política.

12. É correto identificar no 1º parágrafo

(A) apresentação de fatos que impõem a verdade necessariamente sobre todas as coisas, com foco no trato político.

(B) censura à tradição existente na área política de aceitar a mentira como necessária ao enfrentamento de interesses.

(C) comentário sobre fatos importantes na Antiguidade clássica, para explicar como a mentira foi percebida na área política.

(D) esclarecimento sobre a afirmativa de Platão de que a mentira pode ser útil em determinadas circunstâncias.

(E) afastamento da hipótese de que a mentira pode ser cultivada na política, como se faz numa guerra.

13. Da leitura do texto é correto concluir que

(A) as metáforas utilizadas na política, por terem caráter pejorativo, nem sempre refletem os ideais dos representantes eleitos para o poder.

(B) o entendimento entre todos os poderes democraticamente estabelecidos pode, eventualmente, decorrer da dissimulação na ação política.

(C) a atuação política deve basear-se na confiança mútua entre todos os representantes de uma democracia atuante e efetiva.

(D) a mentira deve fazer parte do universo da política, como regra geral permitida no jogo de interesses que se desenrola nessa instância.

(E) a falsidade, embora faça parte do jogo de forças que envolvem a política, leva à descrença geral nos representantes eleitos pelo povo.

14. A transcrição do provérbio no 1º parágrafo

(A) antecipa, como síntese, o assunto que será desenvolvido a seguir.

(B) ilustra, de modo sintético, o que foi até então apresentado.

(C) introduz intencionalmente estranheza e incoerência no contexto.

(D) caracteriza-se como argumento que se contrapõe à ideia central.

(E) justifica o emprego de metáforas, relacionadas a seguir, na caracterização de políticos.

15. Segundo o Dicionário Houaiss, **praxiologia** (1º parágrafo) é *ciência ou teoria epistemológica que estuda as ações humanas, o comportamento e suas leis, induzindo conclusões operacionais.*

Considerando-se o contexto e a acepção transcrita acima, é correto afirmar que o emprego do vocábulo indica

(A) desconsideração de um comportamento de ordem prática aceito incondicionalmente na arena política.

(B) interferência de um juízo de valor pautado na ética predominante nas relações democráticas de poder.

(C) ressalva esclarecedora do ponto de vista defendido pelo autor desde a afirmativa inicial do parágrafo.

(D) conclusão, trazida por um novo conceito, das ideias que estão sendo discutidas no parágrafo.

(E) reconhecimento da existência de medidas de ordem prática na resolução de conflitos na área política.

16. *... realismo que identifica no predomínio do conflito o cerne dos fatos políticos.* (1º parágrafo)

O sentido de *realismo* na afirmativa acima pode ser entendido como:

(A) fatos políticos geram constantemente posições bélicas entre os contendores.

(B) o debate político acirra frequentemente os ânimos mais exaltados.

(C) opiniões contrárias dão origem ao comportamento bélico na arena política.

(D) os fatos políticos se caracterizam, essencialmente, pelo enfrentamento de posições.

(E) discussões desrespeitosas surgem constantemente na ação política.

17. Há relação de causa (1) e consequência (2) entre os segmentos transcritos, EXCETO:

(A) 1. *a clássica tradição do realismo*
2. *derrogação da verdade pela aceitação da mentira*

(B) 1. *a fraude é mais importante do que a força para assegurar o poder e consolidá-lo*
2. *a simulação, o segredo e a mentira são temas da doutrina da razão de Estado*

(C) 1. *o realismo da força torna límpida, numa disputa, a bélica contraposição amigo-inimigo*
2. *o realismo da fraude é mais sutil*

(D) 1. *a justiça dá a cada um o que é seu*
2. *a verdade é filha da justiça*

(E) 1. *somente pela palavra é que somos homens e nos entendemos*
2. *mentir é um vício maldito*

18. Considere o emprego de sinais de pontuação no texto.

I. *e no poder, hostilidade* – a vírgula assinala elipse do verbo.

II. *– metáforas que frequentemente são utilizadas na descrição de políticos* – os travessões isolam segmento explicativo.

III. *aos consagrados preceitos do "não matar" e do "não mentir"* – as aspas indicam reprodução exata de princípios estabelecidos.

IV. *equipara a mentira à pior forma de roubo:* – os dois-pontos indicam intervenção de novo interlocutor no contexto.

Está correto o que se afirma em

(A) III e IV, apenas.

(B) II e IV, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) I, II e III, apenas.

(E) I, II, III e IV.

19. *Esta tradição <u>trabalha</u> a ação política como uma ação estratégica ...* (1º parágrafo)

A frase em que o verbo exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima é:

(A) *... que identifica no predomínio do conflito o cerne dos fatos políticos.*

(B) *Neste contexto, política é guerra ...*

(C) *Recorrendo a metáforas do reino animal ...*

(D) *... que obedece aos consagrados preceitos do "não matar" e do "não mentir" ...*

(E) *... que a fraude é mais importante do que a força ...*

20. A frase inteiramente correta, considerando-se a presença ou a ausência do sinal de crase, é:

(A) A mentira, mesmo justificada por certas circunstâncias, pode ser desmascarada à qualquer momento, à vista dos fatos apresentados.

(B) Submetida a avaliação da opinião popular, a política deve pautar-se pela lisura e pela veracidade voltadas para à resolução de conflitos.

(C) Quanto a defesa da ética, ela é sempre necessária, à fim de que a ação política seja vista como verdadeira representação da vontade popular.

(D) Os governados, como preceituam as normas democráticas, têm direito a informações exatas e submetidas à verdade dos fatos.

(E) A verdade dos fatos políticos está subordinada, segundo pensadores, à uma lógica particular, à depender dos objetivos do momento.

Noções de Informática

Instruções: - As questões sobre os aplicativos consideram sempre a originalidade da versão referenciada e não quaisquer outras passíveis de modificação (customização, parametrização, etc.) feita pelo usuário.

- Para responder às questões de números 21 a 30, considere o seguinte quadro de tarefas:

Item	Tarefas
I	Uma planilha (BrOffice.org 3.1) com as informações abaixo. A célula contendo o sinal de interrogação (incógnita) representa um valor obtido por propagação feita pela alça de preenchimento originada em A2. HIPÓTESE: O resultado da incógnita obtido com essa operação é o mesmo se a propagação for originada em B1.
II	A pasta padrão onde os modelos de documentos de texto (BrOffice.org 3.1) são guardados precisa ser modificada. O caminho que aponta para ela necessita agora apontar para outra.
III	Desabilitar a exibição do relógio na Área de notificação a título de economia de espaço nessa área, utilizando o modo de exibição clássico do Painel de controle do Windows XP (edição doméstica).
IV	Modificar o tamanho das fontes do Windows XP (edição doméstica) para "Fontes grandes" a fim de melhorar a visibilidade das letras, quando a resolução do monitor for posicionada em 1024 por 768 pixels.
V	Disponibilizar na Intranet um glossário de termos para uso geral com a definição, dentre outras, dos componentes do processador (ou Unidade Central de Processamento) de um computador.
VI	Disponibilizar para toda a empresa aplicativos com funções específicas para apresentações (que facilitem a construção de efeitos nos *slides* e modos de transição entre estes, por exemplo, nas projeções).
VII	Usar ferramentas de comunicação apropriadas, via Internet, sempre que a comunicação entre pessoas tiver caráter de urgência (tipo pergunta e resposta instantânea).
VIII	Utilizar, ao fazer pesquisa no Google, preferencialmente, uma opção que traga as palavras pesquisadas em destaque dentro das páginas encontradas.
IX	Inibir a exibição de pastas e arquivos ocultos no Windows XP (edição doméstica).
X	Em caso de instalação de *software* duvidoso, devem ser adotados, no Windows XP, procedimentos para garantir a recuperação do sistema, se necessário.

	A	B
1	=42*33	=A1*2
2	=A1/2	?

21. A hipótese apresentada em (I) está

(A) errada e a incógnita resulta em 1386 se originada em A2 e, em 2772 se originada em B1.

(B) errada e a incógnita resulta em 693 se originada em A2 e, em 1386 se originada em B1.

(C) errada e a incógnita resulta em 1386 se originada em A2 e, em 693 se originada em B1.

(D) correta e a incógnita resulta em 693.

(E) correta e a incógnita resulta em 1386.

22. A modificação do caminho para atender ao solicitado em (II) deve obedecer ao seguinte procedimento: acessar Ferramentas (menu) e escolher, na sequência, Opções (opção), BrOffice.org

(A) Writer e Geral.

(B) Writer e Configurações.

(C) e Carregar/Salvar.

(D) e Dados do usuário.

(E) e Caminhos.

23. Para cumprir com a solicitação do item (III) deve-se

(A) escolher o ícone Barra de tarefas e menu Iniciar.

(B) ativar a opção Bloquear a Barra de tarefas.

(C) escolher o ícone Sistema e a aba Data e hora.

(D) escolher o ícone Data e hora, apenas.

(E) escolher o ícone Opções regionais e de idioma, apenas.

24. A modificação das fontes, solicitada no item (IV), é resolvida por meio das ações: clicar com o botão direito (destro) do mouse na área de trabalho, escolher a opção Propriedades e a guia

(A) Área de trabalho e abrir a caixa Posição.

(B) Configurações e abrir a caixa Modificar fonte.

(C) Configurações e abrir a caixa Aumentar fonte.

(D) Aparência e abrir a caixa Tamanho da fonte.

(E) Aparência e abrir a caixa Configurar fonte.

25. Dentre os componentes mencionados em (V), incluem-se a

(A) Unidade Lógica e Aritmética e a Unidade de Controle.

(B) Placa mãe e a Unidade de *Hard disk*.

(C) Unidade de Controle e a Unidade de *Hard disk*.

(D) Unidade Lógica e Aritmética, os *slots* de memória RAM e a Placa mãe.

(E) Placa mãe e a Placa de controle de vídeo.

26. As funcionalidades solicitadas em (VI) estão disponíveis no aplicativo

(A) Microsoft PowerPoint, no BrOffice.org Impress e em arquivos com extensão PDF em geral.

(B) BrOffice.org Impress e em arquivos com extensão PDF em geral.

(C) BrOffice.org Impress, apenas.

(D) Microsoft PowerPoint e no BrOffice.org Impress.

(E) Microsoft PowerPoint e em arquivos com extensão PDF em geral.

27. De acordo com o recomendado em (VII), é adequado o uso das funções de

(A) correio eletrônico.

(B) correio eletrônico e *chat.*

(C) *chat.*

(D) página web.

(E) *feeds*.

28. Ao receber a lista das páginas encontradas na pesquisa, a opção a ser escolhida, de acordo com o recomendado em (VIII) é

(A) Páginas semelhantes.

(B) Encontrar mais.

(C) Em cache.

(D) Preferências.

(E) Mais.

29. Uma das formas de atender à recomendação em (IX) é acessar o Painel de controle, escolher

(A) Opções de pasta e a guia Tipos de arquivo.

(B) Opções de pasta e a guia Modo de exibição.

(C) Opções de pasta e a guia Geral.

(D) Contas de usuário e a guia Modo de exibição.

(E) Contas de usuário e a guia Tipos de arquivo.

30. Para atender à recomendação contida em (X), deve-se optar pelo modo de exibição do Painel de controle por categoria; escolher Desempenho e manutenção e, após,

(A) Restauração do sistema, procedendo à opção Criar backup.

(B) Restauração do sistema, procedendo à opção Criar um ponto de restauração.

(C) Reestruturação do sistema, procedendo à opção Reparar o sistema.

(D) Reestruturação do sistema, procedendo à opção Reinstalar o Windows.

(E) Recuperação em caso de perda, procedendo à opção Criar um ponto de manutenção.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Constitucional

31. Sobre os Princípios Fundamentais, considere:

I. A República Federativa do Brasil tem como fundamento o pluralismo político.

II. Todo o poder emana do Congresso Nacional, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal.

III. Constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

IV. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internas pelo princípio da não-intervenção.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e III.
(B) I e IV.
(C) II e III.
(D) II e IV.
(E) III e IV.

32. No tocante aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, é correto afirmar que

(A) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.

(B) é permitido, em regra, a privação de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política.

(C) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, mediante prévia autorização do Poder Executivo.

(D) é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato.

(E) é assegurado a todos o acesso à informação, sendo obrigatória a divulgação da fonte, quando no exercício profissional.

33. Com relação aos Diretos Sociais, é correto afirmar que são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social,

(A) a permissão de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos.

(B) a participação nos lucros, ou resultados, vinculada à remuneração, e, em regra, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

(C) o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregado, excluindo a indenização a que o empregador está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

(D) a permissão de discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência.

(E) a relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.

34. Quanto à Organização Político-Administrativa, é correto afirmar que

(A) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei federal, dentro do período determinado por Lei Ordinária Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos.

(B) os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

(C) é permitido à União estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, independentemente da colaboração de interesse público.

(D) é permitido aos Estados estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, independentemente da colaboração de interesse público.

(E) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei municipal, dentro do período determinado por Lei Ordinária Estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos.

35. São bens da União

(A) as ilhas fluviais e lacustres em zonas Municipais.

(B) os lagos que banhem um Estado.

(C) as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras.

(D) os potenciais de energia solar.

(E) os recursos minerais, exceto os do subsolo.

36. Com relação à Administração Pública, é correto afirmar que

(A) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

(B) é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

(C) a administração fazendária e seus servidores fiscais não terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos.

(D) poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, somente por lei específica, cabendo à lei ordinária, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

(E) independe de autorização legislativa a criação de subsidiárias de sociedade de economia mista, assim como a sua participação em empresa privada.

37. No tocante aos Servidores Públicos, considere as seguintes assertivas:

I. A União instituirá regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

II. A União manterá escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

III. Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

IV. Lei da União disciplinará a aplicação de recursos orçamentários dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade do serviço público.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e IV.
(B) I e III.
(C) I, III e IV.
(D) II e III.
(E) II, III e IV.

38. No que se refere ao Poder Judiciário, é INCORRETO afirmar:

(A) O merecimento é aferido conforme o desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e presteza do juiz, no exercício da jurisdição, e pela frequência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento.

(B) A promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância e integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago.

(C) É obrigatória a promoção do juiz que figure por duas vezes consecutivas ou quatro alternadas em lista de merecimento.

(D) Na apuração de antiguidade, o Tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação.

(E) Não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.

Noções de Direito Eleitoral

39. Dentre outros, podem alistar-se eleitores os

(A) que não saibam exprimir-se na língua nacional.
(B) estrangeiros.
(C) analfabetos.
(D) menores de 16 anos.
(E) que estejam temporariamente privados dos direitos políticos.

40. Paulo é membro do Ministério Público do Estado do Piauí. Preenchidos os demais requisitos legais,

(A) não poderá, mesmo assim, integrar o Tribunal Superior Eleitoral, nem ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí.
(B) poderá integrar o Tribunal Superior Eleitoral.
(C) poderá integrar o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí.
(D) poderá ser eleito Corregedor-Geral Eleitoral.
(E) poderá ser eleito Corregedor Regional Eleitoral.

41. Compete à Junta Eleitoral

(A) dirigir os processos eleitorais e conceder transferência de eleitor.
(B) dividir a Zona e Seções Eleitorais.
(C) designar, até 60 dias antes das eleições, os locais das Seções.
(D) conceder ou denegar *habeas corpus*.
(E) resolver as impugnações e demais incidentes verificados durante os trabalhos da contagem e da apuração.

42. Os Tribunais Regionais Eleitorais deliberam, em sessão pública, por

(A) unanimidade de votos, com a presença da maioria de seus membros.
(B) maioria de votos, com a presença da maioria de seus membros.
(C) maioria de votos, com a presença de todos os seus membros.
(D) maioria de votos, com a presença de pelo menos um terço de seus membros.
(E) unanimidade de votos, com a presença de pelo menos um terço de seus membros.

43. Compete ao Procurador-Geral, como chefe do Ministério Público Eleitoral,

(A) expedir diploma aos eleitos para cargos municipais.
(B) designar a sede e jurisdição das Juntas Eleitorais.
(C) organizar o fichário dos eleitores do Estado.
(D) assistir às sessões do Tribunal Superior Eleitoral e tomar parte nas discussões.
(E) nomear, até 60 dias antes das eleições, os membros das Mesas Receptoras.

44. Compete privativamente aos Tribunais Regionais Eleitorais

(A) aplicar as penas disciplinares de advertência e de suspensão, de até 30 dias, aos Juízes Eleitorais.
(B) processar e julgar originariamente os crimes eleitorais e os comuns que lhe forem conexos, cometidos pelos Juízes dos respectivos Tribunais Regionais Eleitorais.
(C) expedir instruções aos órgãos do Ministério Público junto aos Tribunais Regionais.
(D) expedir títulos eleitorais e conceder transferência de eleitor.
(E) processar e julgar originariamente a suspeição ou impedimento ao Procurador-Geral Eleitoral.

45. Considere:

I. Governador de Estado.
II. Membros do Congresso Nacional.
III. Vice-Governador de Estado.
IV. Membros das Assembléias Legislativas.
V. Presidente da República.

Compete ao Tribunal Superior Eleitoral o registro e o cancelamento de registro dos candidatos ao(s) cargo(s) indicado(s) APENAS em

(A) I, II e III.
(B) I, II e V.
(C) I, III e IV.
(D) II e V.
(E) V.

46. A expedição de diplomas para os cargos municipais compete

(A) ao Tribunal Superior Eleitoral.
(B) aos Tribunais Regionais Eleitorais.
(C) às Juntas Eleitorais.
(D) ao Corregedor Regional Eleitoral.
(E) ao Procurador Regional Eleitoral.

47. João é agente policial; José é funcionário público efetivo municipal; Pedro pertence ao serviço eleitoral; Paulo é parente por afinidade, em segundo grau, de candidato; e Luiz é advogado militante na área de Direito Eleitoral. Preenchidos os demais requisitos legais, podem ser nomeados membros das Juntas Eleitorais para eleições municipais

(A) José e Luiz.
(B) João e Paulo.
(C) João, Pedro e Paulo.
(D) José e Pedro.
(E) Luiz e João.

48. Compõem os Tribunais Regionais Eleitorais, dentre outros,

(A) um juiz do Tribunal Regional Federal, indicado pelo Tribunal de Justiça do Estado e nomeado pelo Presidente da República.
(B) dois juízes, dentre os Juízes Federais indicados pelo Superior Tribunal de Justiça e nomeados pelo respectivo Governador do Estado.
(C) três juízes, dentre os Desembargadores do Tribunal de Justiça nomeados pelo Presidente da República.
(D) três juízes, dentre os Juízes de Direito escolhidos pelo Tribunal de Justiça do Estado e nomeados pelo Governador do Estado.
(E) dois juízes nomeados pelo Presidente da República, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça.

Noções de Direito Administrativo

49. O princípio da legalidade significa que

(A) o administrador deve praticar o ato para o seu fim legal.
(B) a Administração pode fazer o que a lei não proíbe.
(C) o administrador deve atuar de acordo com os padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.
(D) a Administração Pública só pode fazer o que a lei permite.
(E) a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional.

50. Sobre os princípios básicos da Administração Pública, considere:

I. É composto pelo conjunto de regras finais e disciplinares suscitadas não só pela distinção entre o Bem e o Mal, mas também pela ideia geral de administração e pela ideia de função administrativa.
II. Interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige.
III. Objetiva aferir a compatibilidade entre os meios e os fins, de modo a evitar restrições desnecessárias ou abusivas por parte da Administração Pública, com lesão aos direitos fundamentais.

Estes conceitos dizem respeito, respectivamente, aos princípios da

(A) razoabilidade, finalidade e moralidade.
(B) moralidade, finalidade e razoabilidade.
(C) finalidade, razoabilidade e moralidade.
(D) moralidade, razoabilidade e finalidade.
(E) finalidade, moralidade e razoabilidade.

51. O poder de que dispõem os Chefes de Poder Executivo de explicar a lei para a sua correta execução, ou de expedir decretos autônomos sobre matéria de sua competência ainda não disciplinada por lei é conhecido como poder

(A) regulamentar.
(B) hierárquico.
(C) discricionário.
(D) vinculado.
(E) disciplinar.

52. A faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração diz respeito ao poder

(A) de auto-executoriedade.
(B) de polícia.
(C) disciplinar.
(D) de império.
(E) discricionário.

53. Constituem requisitos do ato administrativo:

(A) finalidade, presunção de legitimidade e forma.
(B) finalidade, motivo e presunção de legitimidade.
(C) motivo, imperatividade e auto-executoriedade.
(D) objeto, auto-executoriedade, presunção de legitimidade.
(E) competência, finalidade e forma.

54. A licença, a autorização e a permissão são espécies de atos

(A) normativos.
(B) negociais.
(C) ordinatórios.
(D) enunciativos.
(E) punitivos.

55. A anulação do ato administrativo

(A) produz efeitos a partir da anulação.
(B) ocorre por motivo de conveniência e oportunidade.
(C) não pode se feita pelo Poder Judiciário.
(D) deve ocorrer quando há vício relativo à legalidade ou legitimidade.
(E) atinge direitos de terceiros, mesmo que estejam de boa-fé.

56. Sobre a revogação do ato administrativo, é correto afirmar que

(A) existem atos que são irrevogáveis.
(B) não é privativo da Administração que praticou o ato revogado.
(C) a revogação produz efeitos a partir da data do ato revogado.
(D) a revogação tem fundamento no poder vinculado.
(E) o Judiciário pode revogar ato administrativo emanado do Poder Executivo, se for provocado.

Noções de Direito Civil

57. No que concerne ao instituto da ausência, de acordo com o Código Civil Brasileiro, é correto afirmar:

(A) Para entrar na posse dos bens do ausente os descendentes darão garantias da restituição deles, mediante penhores ou hipotecas equivalentes aos quinhões respectivos.
(B) Em regra, a curadoria dos bens dos ausentes incumbe aos descendentes, aos ascendentes ou ao cônjuge não separados judicialmente, nesta ordem.
(C) Se o ausente aparecer, e ficar provado que a ausência foi voluntária e injustificada, ele não perderá, em favor do sucessor, sua parte nos frutos e rendimentos.
(D) A sucessão definitiva poderá ser requerida, se o ausente conta com 80 anos de idade, e que de três anos datam as últimas notícias dele.
(E) Decorridos três anos da arrecadação dos bens do ausente, se este deixou representante ou procurador, os interessados poderão requerer a abertura da sucessão provisória.

58. Nos termos do Código Civil Brasileiro são consideradas pessoas jurídicas de direito público,

(A) as sociedades de economia mista.
(B) as autarquias.
(C) os partidos políticos.
(D) as organizações religiosas.
(E) as fundações.

59. Sobre o domicílio civil, considere:

I. Nos contratos escritos não poderão os contratantes especificar domicílio onde se exercitem e cumpram os direitos e obrigações deles resultantes.
II. Se a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas.
III. Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.
IV. O agente diplomático do Brasil que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no Distrito Federal ou no último ponto do território brasileiro onde o teve.

De acordo com o Código Civil Brasileiro, está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e III.
(B) I, III e IV.
(C) II e III.
(D) II, III e IV.
(E) II e IV.

60. De acordo com o Código Civil Brasileiro, é considerada causa que suspende a prescrição

(A) qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor.
(B) a apresentação do título de crédito em juízo de inventário.
(C) a pendência de ação de evicção.
(D) o protesto cambial.
(E) qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

61. Concernente à responsabilidade civil, nos termos do Código Civil Brasileiro, é certo que

(A) o incapaz, em regra, não responde pelos prejuízos que causar, mesmo se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes.
(B) é responsável pela reparação civil, independentemente de culpa de sua parte, aquele que gratuitamente houver participado nos produtos do crime, até a concorrente quantia.
(C) aquele que ressarcir o dano causado por outrem por seu ascendente ou descendente, pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou.
(D) aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, em ambos os casos, o dobro do que houver cobrado, salvo se houver prescrição.
(E) são responsáveis pela reparação civil, independentemente de culpa de sua parte, os donos de hotéis, hospedarias, casas ou estabelecimentos onde se albergue por dinheiro, salvo para fins de educação, pelos seus hóspedes e moradores.

62. Considere:

I. Os excepcionais sem desenvolvimento mental completo.

II. Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

III. Os ébrios habituais, os viciados em tóxicos, e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido.

IV. Os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.

V. Os menores de dezesseis anos.

De acordo com o Código Civil Brasileiro são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil as hipóteses constantes APENAS em

(A) I, II e V.
(B) I, III e IV.
(C) I, III e V.
(D) II, IV e V.
(E) II e IV.

Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais

63. João era Analista Judiciário do Tribunal Regional Federal da 3ª Região quando foi demitido em razão da aplicação irregular de dinheiro público. Após dois anos da efetivação de sua demissão, João pretende inscrever-se no concurso público para o cargo de Analista Judiciário de especialidade taquigrafia do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí. Neste caso, em razão da demissão ocorrida quando funcionário do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, João

(A) não poderá retornar ao serviço público federal.

(B) só poderá ser investido em novo cargo público federal após três anos da demissão.

(C) só poderá ser investido em novo cargo público federal após cinco anos da demissão.

(D) só poderá ser investido em novo cargo público federal após dez anos da demissão.

(E) poderá ser investido em novo cargo público federal, uma vez que se passaram dois anos da demissão.

64. A respeito das responsabilidades, considere:

I. A responsabilidade civil decorre somente de ato comissivo doloso que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

II. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

III. Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

IV. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I, II e III.
(B) I, II e IV.
(C) I, III e IV.
(D) II e III.
(E) II, III e IV.

65. De acordo com a Lei nº 8.112/90, na reversão, o servidor que retornar à atividade por interesse da administração perceberá, em substituição aos proventos da aposentadoria, a remuneração

(A) do cargo que voltar a exercer, com exceção das vantagens de natureza pessoal que percebia anteriormente à aposentadoria.

(B) do cargo que voltar a exercer, inclusive com as vantagens de natureza pessoal que percebia anteriormente à aposentadoria.

(C) que recebia a título de aposentadoria acrescida somente com as vantagens do cargo que voltar a exercer.

(D) que recebia a título de aposentadoria acrescida somente com as vantagens de natureza pessoal que recebia anteriormente à aposentadoria.

(E) que recebia a título de aposentadoria acrescida com as vantagens do cargo que voltar a exercer, bem como com as de natureza pessoal que recebia anteriormente à aposentadoria.

66. De acordo com a Lei nº 9.784/99, em determinado processo administrativo poderá ser arguida a suspeição de autoridade ou servidor que

(A) tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante.

(B) tenha interesse direto ou indireto na matéria.

(C) tenha amizade íntima ou inimizade notória com parente de terceiro grau do interessado.

(D) seu cônjuge tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante.

(E) esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

67. De acordo com a Lei nº 9.784/99, com relação a forma, tempo e lugar dos atos do processo é correto afirmar:

(A) Em regra, inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de cinco dias.

(B) Em regra, o reconhecimento de firma será exigido em todos os documentos privados.

(C) Em regra, os atos do processo administrativo dependem de forma predeterminada.

(D) A autenticação de documentos exigidos em cópia não poderá ser feita pelo órgão administrativo, havendo expressa vedação legal.

(E) Os atos já iniciados e não terminados no horário normal de funcionamento e cujo adiamento prejudique o curso regular do procedimento deverão ser concluídos no primeiro dia útil posterior ao adiamento.

Regimento Interno do TREPI

68. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí, o Agravo Regimental é

(A) incabível em matéria eleitoral, não havendo previsão legal no Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí.

(B) admitido, no prazo de três dias, mesmo que para o caso haja outro recurso previsto em lei tratando-se de atos processuais independentes.

(C) admitido, no prazo de três dias, quando para o caso, não haja outro recurso previsto em lei.

(D) admitido, no prazo de quarenta e oito horas, quando para o caso, não haja outro recurso previsto em lei.

(E) admitido, no prazo de quarenta e oito horas, mesmo que para o caso haja outro recurso previsto em lei tratando-se de atos processuais independentes.

---

69. A respeito da organização do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí, considere:

I. Não podem fazer parte do Tribunal pessoas que tenham entre si parentesco, ainda que por afinidade, até o quarto grau, excluindo-se neste caso, a que tiver sido escolhida por último.

II. Em regra, os juízes, efetivos, ou substitutos, servirão por dois anos, no mínimo, e nunca mais de dois biênios consecutivos.

III. O Tribunal elegerá, mediante votação secreta, para seu presidente, pelo prazo de três anos, um dos Desembargadores, permitida a reeleição.

De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí, está correto o que se afirma APENAS em

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e III.

(D) III.

(E) II.

---

70. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí, na forma da lei, exercerá as funções de Procurador Regional, junto ao Tribunal, o que for designado pelo

(A) Presidente da República, para um mandato de dois anos, vedada a recondução.

(B) Procurador-Geral da República, para um mandato de dois anos, vedada a recondução.

(C) Procurador-Geral da República, para um mandato de três anos, vedada a recondução.

(D) Procurador-Geral da República, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.

(E) seu Presidente, para um mandato de três anos, permitida uma recondução.